

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Manhã (F) Class.: 26

Data: 10/12/83

Pg.: _____

Índios aceitam um acordo provisório

Funai tem até a próxima segunda-feira para formalizar compromisso de demarcar a reserva após o levantamento

Tocantinópolis — O impasse da demarcação da reserva dos índios Apinajé, que ameaçava resultar num sério conflito envolvendo posseiros e os próprios indígenas, pode ser resolvido na próxima segunda-feira. Um acordo provisório foi obtido ontem à tarde, em reunião na aldeia São José, a 18 quilômetros de Tocantinópolis. Os caciques das nações Craó, Xerente, Apinajé e Carajá aceitaram a proposta da comissão composta pelo capitão Renato Martins, da Polícia Militar, e agentes federais, para que os índios aguardem o levantamento fundiário da área, por técnicos da Funai, a fim de se iniciar a demarcação da reserva.

Os índios concordaram, mas exigiram que o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, assumira, na segunda-feira, o compromisso por escrito de começar a demarcação após o levantamento fundiário. Ao final da reunião, uma comissão encabeçada pelo cacique José da Doca, da aldeia Mariazinha, a 22 quilô-

metros de Tocantinópolis, manteve um contato telefônico com o presidente da Funai, que se comprometeu a atendê-los na segunda-feira.

INSATISFAÇÃO

O acordo de ontem pode, entretanto, ser rompido, porque os índios estão muito insatisfeitos com a demora na demarcação da reserva. O cacique Craó Milton, da aldeia Xupé, no município de Itacajá, resumiu da seguinte forma a insatisfação entre seus companheiros: "Cabeça de branco é igual rama de melancia. Ninguém sabe o final dela". Mas, como os outros caciques das quatro nações reunidas no Norte, Milton garante que os índios não querem violência. "Só a demarcação de nossas terras" — acrescenta.

Com a demora da Funai em tomar a providência, os Apinajé estavam dispostos a iniciar hoje a demarcação de sua reserva, o que fez aumentar a possibilidade de um conflito, já que, junto com os

Craó, Xerente e Carajá, pretendiam expulsar os numerosos posseiros que vivem na área. Com esse objetivos, os índios do Norte de Goiás entraram em contato com as tribos Krikati e Gavião, no Maranhão, e Caiapó, no Xingu, pedindo que viessem todas para a região de Tocantinópolis, a fim de ajudar na demarcação da área conflitada.

PREFEITO TRANQUILIZADO

O prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia de Souza Lima, disse que a cidade não está muito apreensiva com a questão. Mas garante que, enquanto não se demarcar a reserva dos Apinajé, o problema vai continuar. Contrário à proposta dos índios de demarcação de uma reserva de 102 mil hectares, que considera muito grande, Sabóia propõe uma área de 60 mil hectares. E lembra que entre os políticos da cidade é feita a sugestão de uma reserva de apenas 25 mil hectares. (Carlos Honorato, enviado especial)

O levantamento significa pouco

Tocantinópolis — O trabalho que a equipe da Funai está realizando na área reivindicada pelos Apinajés não representa muito, segundo as pessoas que acompanham a luta dos índios pela demarcação da reserva. Esse trabalho já foi feito em 1978, em 1980 e em 81 e não levou a uma solução do problema. A cada levantamento a Funai aumenta a área destinada aos Apinajé, esbarrando, no entanto, em outros órgãos do governo federal, principalmente do Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat).

Em 1978, a Funai encaminhou ao Getat a proposta de demarcação de uma área de 85 mil hectares. Em 80, após novo levantamento, a reserva foi ampliada para 101 mil hectares, depois acrescidos de uma área fértil de cerrado, no limite oeste da reserva. No entanto, segundo os indigenistas, as propostas não são sequer discutidas pelo Getat.

PROJETO CARAJÁS

A Funai tem interesse em resolver este litígio, por força de convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce, executora do Projeto Ferro-Carajás. Por exigência do Banco Mundial (que financia o projeto) a Vale do Rio Doce destina verbas específicas para a demarcação de terras indígenas no Norte de Goiás, Maranhão e Pará, de forma a evitar que eventuais conflitos entre índios e operários atrasem as obras.

Parte de uma quota de dois milhões de dólares (o montante é de 13 milhões de dólares, a serem aplicados em cinco anos) foi devolvida à Vale neste ano porque a Funai não teve como aplicar todos os recursos na região. De acordo com o novo cronograma estabelecido entre as duas partes, a Funai tem direito a mais uma parcela de 39 mil dólares, a partir de setembro. As fontes não souberam informar se este dinheiro já foi repassado à

Fundação, já que depende de uma previsão de gastos e rigorosa prestação de contas.

Estes recursos não se referem a indenizações de posseiros ou de índios pela desapropriação de terras, mas exclusivamente ao trabalho de demarcação. Destinam-se à aplicação numa área de 100 quilômetros ao longo da Ferrovia Carajás, onde estão instaladas diversas tribos.

DESDE 1.925

A luta dos Apinajés pela demarcação de sua reserva, próxima ao município de Tocantinópolis, vem desde 1925, quando eles eram tutelados pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mas todas as tentativas junto aos governos estaduais e federal foram em vão, até agora. E, na opinião das pessoas que convivem com o problema, qualquer que seja a solução encontrada os posseiros e fazendeiros da região se sentirão atingidos, o que torna um sério conflito inevitável.